

geiros no valor de Cr\$ 6.232 milhões. Em 1949, o valor subia a 9.633 milhões e, em 1950, já tínhamos um valor de 15.718 milhões pedindo registro. A progressão era geométrica. O registro como moeda estrangeira dos lucros acima de 8% representava operação cambial correspondente a um esgotamento definitivo das nossas energias". Entrava em detalhes escabrosos: "Examinadas as contas de capital de 237 milhões, 355 mil e 454 dólares de várias empresas, ficou verificado que, efetivamente, só tinham direito ao registro de 104 milhões, 674 mil e 868 dólares. E, quanto aos empréstimos, que totalizavam 241 milhões, 982 mil e 694 dólares, só existia a documentação de empréstimos reais no valor de 57 milhões, 243 mil e 721 dólares. O mesmo ocorria em quase todas as moedas, chegando-se a um registro que reduzia de 317 milhões, 419 mil e 556 dólares e 82 *cents* os compromissos de capital em empréstimos nessa moeda, por não existir o menor documento de comprovação da entrada desse dinheiro, em moeda, bens ou mesmo direitos". Era clara a acusação de furto.

O libelo ia adiante: "Nestes últimos dez anos, o desenvolvimento do Brasil tem exigido um aumento de produção de energia elétrica na base de 14% ao ano. As empresas concessionárias, não dispondo mais de capital, têm recorrido a empréstimos. Não podendo mais dar garantias, têm recorrido às garantias do Governo. E aos que apontam o Governo como culpado da crise de energia elétrica, por não auxiliar as empresas concessionárias, respondo com o documento de 312 milhões de dólares de certificados de prioridade cambial, concedidos como garantia de empréstimos para energia elétrica. Mas eu não posso concordar com a inflação de capital, nem com empréstimos fictícios, nem ainda com uma resistência tenaz dos que acreditam que a manipulação dos instrumentos de formação da opinião publica seja suficiente para assegurar a consolidação de negócios contra o povo. O trabalho de revisão dos empréstimos e de capital dessas empresas é sempre demorado e ainda não me chegou às mãos. Entretanto, informações positivas, que foram colhidas num levantamento feito em quatro empresas, em São Paulo, apontam uma majoração de 38 milhões, 803 mil e 21 dólares no capital, e 24 milhões, 708 mil e 679 dólares nos empréstimos, além de 1 milhão, 366 mil e 671 libras no capital e 631 mil e 307 libras nos empréstimos. Este fato ainda não é tudo. Pedem as empresas de serviços públicos câmbio para pagar as instalações a serem feitas.